



**ESTRATÉGIAS DE CLASSIFICAÇÃO
DOS ARQUIVOS FAMILIARES
E PESSOAIS CONTEMPORÂNEOS:**

**O EXEMPLO DO ARQUIVO DA
FAMÍLIA BENITO MAÇÃS**

LUÍS HORTA LIMA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

**ESTRATÉGIAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS
ARQUIVOS FAMILIARES E PESSOAIS
CONTEMPORÂNEOS:**

**O EXEMPLO DO ARQUIVO DA
FAMÍLIA BENITO MAÇÃS**

LUÍS HORTA LIMA

Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs

2016@ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Autor: Luís Horta Lima
Design gráfico: Catarina França
Revisão: Jose L. Baptista

Impressão: ACD Print
Tiragem: 500 exemplares
ISBN: 978-989-8712-59-2
Depósito legal:

centro.editorial@scml.pt | www.scml.pt

DIREÇÃO DA CULTURA

Fotografia da capa: retrato de Delmira Maria Filomena Benito Maçãs [ao centro], acompanhada de António Eusébio Benito, seu pai, e de Ema Virgínia Garraio Maçãs, sua mãe. Arquivo Histórico da SCML (Código de referência: PT-SCMLSB/AFBM/01/8201).



ÍNDICE

9	Apresentação
13	Prefácio
25	Agradecimentos
27	Introdução
31	Capítulo I – Conceitos operatórios: arquivos de família, arquivos pessoais e classificação arquivística
31	1. A natureza privada dos arquivos de família e pessoais
35	2. As fronteiras teóricas entre os arquivos de família e pessoais
38	3. A “teoria da classificação” e a classificação dos documentos de arquivo
45	4. A classificação no conjunto das operações arquivísticas
50	5. A construção e/ou a aplicação de esquemas de classificação
53	6. Metodologias e modelos de classificação dos arquivos familiares e pessoais
63	Capítulo II – Caracterização do objeto de estudo – o arquivo familiar Benito Maçãs
63	1. Os contextos de produção do arquivo familiar
73	2. Apontamentos sobre a história custodial do fundo
76	Capítulo III – A classificação do arquivo da família Benito Maçãs
76	1. A representação da unidade e da proveniência – o fundo
83	2. A representação dos contextos – as secções e as subsecções
117	3. A representação das agregações documentais – as séries
124	Conclusão
127	Bibliografia
163	Anexo 1 - Quadro de classificação do arquivo familiar Benito Maçãs

ÍNDICE DE IMAGENS

- 64 **Figura 1:** Representação genealógica da família Benito Maçãs, com a linha de parentesco ascendente ligada ao apelido Maçãs
- 67 **Figura 2:** Representação fotográfica de duas gerações da família Benito Maçãs
- 72 **Figura 3:** Representação fotográfica de Delmira Maria Filomena Benito Maçãs (1923-2007)
- 87 **Figura 4:** Representação gráfica do arquivo familiar Benito Maçãs
- 89 **Figura 5:** Representação gráfica da secção “Gestão patrimonial”
- 94 **Figura 6:** Traslado da escritura da venda de duas nonas partes da Herdade do Palmeiro
- 96 **Figura 7:** Representação gráfica da secção “Gestão financeira e contabilística”
- 98 **Figura 8:** Exemplo de um livro de registo de receitas e despesas utilizado por gerações diferentes da família
- 106 **Figura 9:** Representação gráfica da secção “Delmira M.^a Filomena Benito Maçãs”
- 107/108 **Figura 10:** Duas cartas de Delmira Maria Filomena Benito Maçãs remetidas para a sua mãe, Ema Virgínia Garraio Maçãs
- 109 **Figura 11:** Representação fotográfica de Delmira Maria Filomena Benito Maçãs, ao piano, acompanhada de sua mãe, Ema Virgínia Garraio Maçãs
- 110 **Figura 12:** Diploma do Real Colégio Ursulino de Coimbra a comprovar a aprovação de Catarina Maçãs no exame de História – 1.^a parte.

- 111 **Figura 13:** Certificado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a comprovar a conclusão da Licenciatura de Delmira Maçãs em Filologia Românica
- 113 **Figura 14:** Representação gráfica da secção “Delmira Maria Filomena Benito Maçãs”.

APRESENTAÇÃO

É com muito gosto que escrevo a apresentação da obra de Luís Horta Lima, *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs*, publicação da sua dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, discutida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em fevereiro de 2016. Esta satisfação prende-se, por um lado, com o facto de ter co-orientado o trabalho, com a colega e amiga Ana Canas Delgado Martins, ao mesmo tempo que, como coordenadora do mestrado, via um aluno empenhado e dedicado a chegar com êxito ao fim do percurso; por outro lado, com conhecimento já mais antigo que tenho do Luís, em âmbitos de trabalho e de reflexão sobre arquivística, no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Nestes vários contextos, o Luís sempre se revelou um jovem profissional responsável, curioso e interventivo, procurando realizar o seu trabalho com a maior seriedade, não dispensando, porém, a interrogação e a combatividade.

A escolha do tema, rico e com aplicação cívica, enquanto disponibiliza o arquivo de uma benemérita, teve que ver, desde logo, com a inserção profissional do Luís num excelente serviço de arquivo histórico, dirigido pelo também colega e amigo Francisco d'Orey Manoel. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma instituição com a qual, através do seu Arquivo Histórico, o Mestrado em CID da FCSH manteve durante anos uma profícua colaboração de formação aos alunos, de apoio a trabalhos vários, de visitas de estudo, etc. Nesse sentido, a dissertação do Luís é exemplar enquanto resultado de uma colaboração entre

as instituições de arquivo – que, pressionadas pelas necessidades dos utentes e das administrações, têm prazos curtos de apresentação de resultados – e as universidades, onde se ensina e se dispõe de tempo para aprender, refletir e investigar sobre as soluções teóricas a aplicar aos acervos. Assim, o Luís pode receber e debater ensinamentos sobre os contornos do trabalho que fazia, nomeadamente quanto às complexas questões da classificação e da aplicação da mesma a arquivos que boa parte da Arquivística tem considerado, de forma errada, “inorgânicos”, remetendo-os para tratamentos não classificativos, como a catalogação, ou para classificações desligadas de relação com a produção arquivística de sentido. A publicação do trabalho, por fim, é mais uma expressão da forma como as instituições de arquivo podem, no final, beneficiar da colaboração com a universidade, que por sua vez beneficia do reconhecimento dado ao trabalho de professores e alunos.

Diria que, num segundo momento, a escolha do tema se prendeu com a combatividade do Luís. O tema dos arquivos pessoais e familiares era-lhe caro, há muito, e a variedade de soluções para a organização dos mesmos causava-lhe tanto perplexidade como – arrisco em dizê-lo – fascínio e desafio. O Luís estava já a seguir, no tratamento do arquivo da família Benito Maçãs, um determinado modelo, que construía e considerava correto. Sem que da minha parte houvesse total coincidência de opinião quanto a este, sugeri-lhe que, a mantê-lo, o trabalho científico de finalização de Mestrado deveria consistir numa exploração do maior número possível de modelos classificativos deste tipo de arquivos e das respetivas raízes teóricas; num segundo momento, o reforço ou alteração das opções que tomara – em todo o caso a sua clara apresentação – em função do que aprendera. O desafio foi aceite com alegria e a elaboração da

dissertação consistiu assim numa vasta aprendizagem sobre a complexa questão da classificação em arquivos, aplicada, ainda por cima, a um tipo de arquivos em que tal operação coloca especiais problemas. O resultado a que se chega, e que poderá agora ser lido por um público mais vasto, é verdadeiramente um trabalho de exploração científica dos fundamentos do trabalho arquivístico e um serviço para outros arquivistas e investigadores, que aqui encontram material de informação e reflexão de grande qualidade.

Resta-me terminar exprimindo os votos de que o Luís queira continuar no mesmo caminho de interrogação reflexiva do trabalho que faz. Em Ciência não há receitas nem caminhos únicos, e a discordância quanto às opções tomadas, autores seguidos, ideias defendidas, é um valor, não um problema. Os mais velhos, e os professores, evoluem com os que chegam depois, com o seu entusiasmo, vontade de aprender e capacidades intelectuais. Numa sociedade em que a inserção e a valorização profissional dos jovens é tão difícil, o percurso do Luís é exemplar e gratificante, por tudo o que revela quanto à importância da perseverança, da curiosidade científica, da vontade em melhorar pelo aprofundamento dos conhecimentos, por parte dos jovens profissionais e alunos; e, no que às instituições laborais e de formação diz respeito, daquilo que está ao seu alcance fazer, de modo a acolher e ajudar a frutificar aquelas qualidades.

Lisboa, 31 de outubro de 2016

M^a de Lurdes Rosa
(Professora auxiliar com agregação do Departamento de
História da FCSH/UNL)

PREFÁCIO

A dissertação de Mestrado que tive o prazer de arguir e está agora publicada em livro, feita com muita seriedade e empenho profissionais, serve de pretexto para esclarecer o posicionamento teórico-prático que venho assumindo, desde 1997 até hoje, sobre o modo de organizar e tornar acessível a documentação/informação produzida e acumulada por pessoas e famílias ao longo do tempo. Organizar para o acesso implica conceber e manejar com agilidade o instrumento específico da classificação, usado em muitos e variados domínios e não apenas ou exclusivamente no “arranjo” de papéis novos ou antigos.

Não me vou deter, aqui, a explicar a origem e as funções da classificação, que se percebe ser uma manifestação clara do racionalismo/iluminismo, porque é assunto já bastante debatido. O que me interessa é refletir e esclarecer os meandros do trabalho de mediação que bibliotecários, arquivistas e museólogos assumem há muito como seu e até como nuclear de sua missão profissional e que consiste em destacar os elementos intelectuais e físicos de uma obra impressa ou manuscrita ou de um artefacto musealizado, assim como os “pontos de acesso”, descritores ou termos/conceitos que condensam o assunto do documento seja ele qual for.

À primeira vista descrever, classificar e indexar um documento pode parecer um ato de atenção, de alguma concentração perceptiva e de reprodução seletiva de elementos que estão contidos no artefacto observado. Parece simples, mas basta ser feito por pessoas para que “cada cabeça” gere um resultado *sui generis*... Erros ou diferenças levam facilmente a que cada catalogador possa apresentar um trabalho diferente do seu colega

do lado e daí a necessidade, há muito sentida, de fixar “normas” que todos pudessem seguir com vista a uma normalização generalizada e tendencialmente universal. E, de facto, a normalização surgida e praticada pelos profissionais bibliotecários e arquivistas, imperativo natural do senso comum, tornou-se uma ferramenta facilitadora do trabalho a fazer, mas também uma subtil armadilha, uma discreta perversão...

Tentemos, de imediato, indicar onde está a armadilha ou a causa do desvio perverso... O contexto ou o *locus* onde se organiza e se classifica. Nunca é demais frisar que com a criação da Biblioteca Pública/Nacional ou o Arquivo Nacional/Histórico, na sequência da Revolução Francesa (1789-99), surgiram espaços institucionais vocacionados para receber quantidades consideráveis de livros e de documentos retirados de seu *habitat* de origem natural e destinados a uma consulta pública indeterminada. Na origem receberam ordem e classificação adequadas às necessidades e perfil de seu produtor/utilizador; no novo destino foi preciso “inventar soluções”. A classificação por assunto tornar-se-ia, na Biblioteca Pública, a solução mais óbvia, e no Arquivo foi preciso superar um dilema: logo após a criação do Archives National, em Paris, a tentação foi criar a noção instrumental de série seguida de ordenação alfabética e de baliza cronológica essencial, antes e depois da Revolução Francesa, correspondendo a cada série um assunto ou uma área como a Justiça, a Assistência, os Impostos, etc., desfazendo-se para este fim os conjuntos documentais recebidos integralmente e com uma proveniência clara; o resultado foi altamente perturbador, afetando os utilizadores que passaram a consultar documentos de contextos completamente diferentes, reunidos supostamente pelo mesmo assunto, e postos numa sequência cronológica aparentemente consoladora, mas, afinal, caótica...

A insatisfação, que esta estratégia classificatória causou, levou à imposição por normativa de Natalis de Wally, inspetor superior do Ministério do Interior de França, da alteração de procedimentos e da introdução da famosa noção de fundo, que mais não foi que obrigar a manter os conjuntos íntegros tal como eles haviam chegado aos Arquivos. A normativa não discutia, porém, se deveria ser mantida a ordem original e o tipo de classificação recebido na origem ou se era tolerável alterar ordem e classificação desde que a proveniência fosse mantida. Esta omissão técnica abriu caminho à ocorrência de duas “escolas” ou práticas arquivísticas: a francesa, muito permissiva a reclassificações e que teve em Portugal terreno fértil; e a italiana e germânica, do “método histórico” e do “registratur” respetivamente, com eco noutros países, nomeadamente na Arquivística espanhola, muito mais respeitadora do estado interno dos acervos. Não é difícil perceber o acerto da posição italiana e alemã, mas o seu alcance incidia e incide prioritariamente sobre a documentação político-administrativa e jurídica; acervos produzidos de forma não padronizada, como os pessoais e familiares, ficaram fora do estrito respeito pela ordem interna, precisamente pela impressão generalizada de que esses acervos chegavam aos Arquivos e às Bibliotecas sem ordem e, sobretudo, fragmentados, o que não deixa de ser verdade, especialmente em países do Sul da Europa, e, para o que aqui nos interessa, em Portugal.

Não admira, pois, que a necessidade de tornar acessíveis os acervos, doados ou comprados, tivesse empurrado os arquivistas para a criação de classes “intuitivas” e anacrónicas que ajudassem a distribuir os documentos, aparentemente desorganizados, num plano ou quadro lógico de busca. Através de classes gerais como Atividade Pessoal, Administração, Património, Genealogias, etc. conseguia-se maneira de distribuir documen-

tos simples, compostos e séries tipológicas numa sequência inteligível. A dificuldade “teórica” com esta solução consiste em que os arquivistas acabam recorrendo a classes obviamente temáticas, ainda que funcionais, quando a doutrina tecida, depois da introdução operatória da noção de fundo, os submete, com clareza, ao imperativo do contexto orgânico, ou seja, ao imperativo da estrutura institucional e administrativa que conforma e condiciona o fluxo documental. Diante desta dificuldade, os defensores da solução temático-funcional argumentaram e continuam a argumentar com a inexistência de organicidade numa pessoa ou numa família.

Chego ao ponto alto da divergência e ao ponto que inspira a busca de uma solução classificatória alternativa.

De imediato, há que reconhecer a importância crucial do conceito de organicidade, que não se encontra, porém, abundantemente inscrito nos dicionários de terminologia arquivística. Por isso, atrevo-me a reproduzir o verbete que redigi para o *Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação*:

É um conceito muito caro aos arquivistas, mas que estes têm tido dificuldade em definir de forma clara e estável, tendo cometido um equívoco: confundir orgânico com administrativo, de onde resulta considerar a organicidade propriedade exclusiva de entidades dotadas de aparelho jurídico-administrativo ou burocrático. Trata-se de um conceito fundamental e de grande utilidade em Ciência da Informação, recebido pela via Arquivística, mas é preciso evitar equívocos e relacionar organicidade com ação consciente. Admitir que a produção administrativa é automática, não intencional e não criativa como se fosse desenvolvida por autómatos e não por humanos afigura-se insustentável! Uma ação consciente (humana e social), seja rotineira ou criativa, jurídico-administrativa ou artística, científica ou literária, geradora de informação numa

situação, dentro de um contexto orgânico (institucional e informal) e condicionada por um determinado meio ambiente, evidencia organicidade, cuja variação e “textura» é avaliável. A organicidade será tanto maior quanto mais clara e profunda for a articulação entre o sujeito da ação (pessoal ou institucional) com sua estrutura própria (conceito lato: vai do corpo humano ao dispositivo organizacional de uma qualquer entidade instalada em imóveis e com equipamento vário) e os objetivos mobilizadores que se propõe naturalmente atingir. E entra aqui o esquema cibernético da retroação, porquanto a fixação e a obtenção de objetivos (sendo, então, fixados outros novos) rege diretamente a formação e a renovação da memória orgânica essencial à ação (DeltCl. url: <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1746> – consulta 25-10-2016).

Se aceitarmos as distinções propostas e a organicidade como uma condição ínsita a qualquer entidade (uma pessoa singular ou uma instituição complexa) dotada de meios próprios para atingir os seus objetivos ou cumprir a sua missão, parece-me impossível que uma pessoa ou uma família não possuam organicidade e que esta não molde inevitavelmente a produção documental. Parece-me, pois, inútil negar que a organicidade existe! Admito, porém, que se discuta seriamente acerca dos contornos que apresenta. E admito, ainda, discutir se o profissional da informação (bibliotecário, arquivista, gestor de informação...) deve dar ao seu papel de mediador um grau de exigência elevada (além de técnica e científica) e preocupar-se com a inclusão do contexto na descrição e no plano de classificação que elabore. Este assunto é bastante atual e atrai colegas que entendem ser bom para o utilizador digitalizar os documentos, acrescentar-lhes metadados quanto baste (qb) e colocá-los *online* sem mais demoras, nem explicações ou enquadramentos orgânico-funcionais... De entre os que defendem esta solução “moderna” há os que já sustentaram a solução do

plano de classificação temático e optam, agora, por um minimalismo que não me parece também virtuoso. De qualquer modo, discuta-se e, sobretudo, avalie-se, junto dos utilizadores, qual a mediação infocomunicacional que os utilizadores, ou diferentes camadas de utilizadores, aceitam melhor e se ajustam mais...

Entretanto, para haver debate é preciso que haja alternativas postas em contraponto, desenhadas com o propósito de superar as limitações das propostas vigentes, ou anteriores e capazes de incorporarem acréscimos e correções. E, neste sentido, posso garantir que o denominado “modelo sistémico” aplicado, concretamente, à documentação pessoal e familiar, com vista a substituir a classificação temático-funcional, referida atrás e generalizada acriticamente entre os arquivistas, nasceu com um claro pressuposto científico: ser testado com rigor e abertura, tendo em conta o comportamento informacional dos utilizadores, seus efetivos destinatários. Há que testá-lo através de pesquisas adequadas, que já começaram, contudo, de forma muito reduzida e incipiente, e há que discutir com empenho e equilíbrio.

A proposta de um quadro orgânico-funcional, além de se sustentar numa exigência de cientificidade, partiu do pressuposto de que é importante para qualquer utilizador entender ou, pelo menos, vislumbrar, o mais possível, como se constituiu e desenvolveu o contexto orgânico-funcional onde a documentação foi produzida/recebida, acumulada, organizada e utilizada. Pode discutir-se e analisar-se se este objetivo corresponde a um efetivo ganho de inteligibilidade por parte do utilizador e à satisfação necessária, premente, de suas necessidades infocomunicacionais. Eu sou o primeiro a defender e a insistir que se discuta e investigue este tópico importante. Entretanto, a proposta foi lançada, em Vila Real num evento célebre do Grupo de

Trabalho de Arquivos Familiares da BAD, no ano de 1997, e tem sido aprimorada e aplicada de forma crescente.

Em síntese, o que o modelo sistémico aplicado à documentação/informação pessoal e familiar visa é, em primeiro lugar, amarrar os documentos a quem os produziu, ou recebeu, ou neles participou como protagonista decisivo (sem o qual não teriam sido feitos); em segundo lugar, possibilitar a “flexibilidade descritiva”, que significa a abertura à inclusão de “arranjos” que a pessoa ou os sucessivos membros de uma família foram dando aos documentos através de esquemas de ordenação e de recuperação expedita dos respectivos assuntos, sem que isso exclua o quadro orgânico-funcional adequado a cada caso de estudo e de tratamento; e em terceiro e último lugar, colocar em plano autónomo a recuperação avançada de conteúdos através de descritores, vocabulários controlados e, em suporte digital, ontologias e *folksonomias*. Tentando ser o mais claro possível, o modelo sistémico implica a elaboração, em primeira fase, de um quadro orgânico-funcional simples ou complexo; e, em segunda fase, instrumentos complementares de recuperação de assunto. Abandona-se, assim, a prática de usar a classificação para de algum modo localizar documentos por assunto, embora os arquivistas “clássicos”, por pudor e respeito à “doutrina” do “princípio da proveniência” e da noção operatória de fundo, recusem e combatam a afirmação de que, afinal, tal como os bibliotecários e os documentalistas, acabam sempre a “trabalhar com assunto”!... Na verdade, adiantam pouco os eufemismos: quem trabalha com informação lida com assunto – não há volta a dar...

Sobre o quadro orgânico-funcional, aplicado à entidade família, importa referir, de imediato, que o primeiro objetivo consiste em representar ou “desenhar” a respetiva organicidade

em termos gerais e não particulares, ou seja, valorizando o que a família apresenta como traços constitutivos essenciais, e não as suas particularidades contextuais (socioeconômicas, políticas e culturais): não é orgânica a noção de Casa enquanto unidade gestora de patrimônio fundiário, como os bens vinculados ou livres, mas, é orgânico, porque comum a qualquer família unidade biossocial, a existência de gerações com casais, seus descendentes e parentes. Portanto, e este ponto é crucial, devolver, na medida do possível, os documentos familiares ao seu contexto orgânico é distribuí-los pelo casal administrador ou casal nuclear, pelos irmãos (irmãs) ou pelos cunhados/as e pelos descendentes, geração a geração. É esta, em nosso entendimento, a organicidade familiar. E a funcionalidade associada consiste em elencar em cada membro da família, colocado geracionalmente, as atividades públicas e/ou privadas que exerceu nas sucessivas fases de vida.

A aplicação do quadro orgânico-familiar a uma pessoa implica buscar a organicidade no processo biopsíquico do ser humano: as etapas de seu desenvolvimento, genericamente consideradas como a infância, a adolescência, a juventude e a adultez. Sabemos, porém, que entre psicólogos, antropólogos, sociólogos e médicos esta tipologia não pode ser tomada com rigidez ortodoxa, pelo que é possível matizá-la em três estádios: a infância, a adolescência e juventude e a adultez, que inclui esse conceito, hoje posto muito em causa, de “terceira idade ou velhice”. O que é evidente é que a informação produzida até aos 10 anos de idade é diferente, daí até aos 18/23 diferencia-se inevitavelmente, e mais diferente ainda dos 23 em diante, com, em princípio, a entrada da pessoa no mercado de trabalho. A funcionalidade associada tem, precisamente, que ver com as diversas atividades que a pessoa desempenha ao longo da vida.

Temos, assim, que a abordagem do profissional da informação diante de um acervo familiar, ou de um acervo pessoal, deve pautar-se pela distribuição ou fixação numa espécie de linha do tempo geracional ou bioetápica (fases da vida de uma pessoa) dos documentos produzidos e/ou recolhidos, que devem seguidamente ser digitalizados e descritos com o detalhe adequado para se proceder à segunda fase operacional, que consiste em criar pontos de acesso ou metainformação de cada documento.

O quadro orgânico-funcional, explicado desta forma, é sistémico porque corresponde à estrutura e esta é ínsita à noção de sistema, mas a condição sistémica advém ainda do modo como se amplia o conceito operatório de informação, que abrange desde os documentos impressos, passando pelos administrativos e pessoais, até à pintura e aos artefactos vários, reunidos para uso e deleite individual ou coletivo.

Num relance comparativo do modelo sistémico com o plano de classificação temático-funcional, que vigorou antes e que se visou substituir, é difícil, para não dizer impossível, encontrar alguma vantagem lógica da referida classificação, que rotulamos de artificial, redutora e anacrónica. No entanto, o debate ganha interesse se compararmos o quadro orgânico-funcional com a digitalização massiva de documentos acrescidos de descritores/metadados, postos assim à consulta *online*, sem qualquer plano de classificação, ou quadro orgânico-funcional. É vantajoso dar, de algum modo, o contexto de produção/receção dos documentos familiares e pessoais, ou para os utilizadores esta dimensão é secundária? A questão é muito pertinente e a resposta só pode ter uma base científica, dada pela pesquisa do comportamento informacional, de amostras precisas e variadas de utilizadores. Parece haver uma preferência crescente dos arquivistas pela solução de digitalização em massa e recuperação

por assunto, porque é bastante tecnológica e muito rápida, permitindo um tratamento técnico para acesso em tempo reduzido e, conseqüentemente, disponibilizar um volume crescente de documentação aos utilizadores de todo o mundo. É compreensível à luz da gestão de recursos e orçamentos com que se debatem as instituições arquivísticas, mas, por esta via reduz-se ou mantém-se o perfil do arquivista no registo meramente técnico, submetido, agora, aos ditames da(s) plataforma(s) digital(ais) escolhida(s), transferindo para o utilizador a tarefa da reconstituição do contexto orgânico-funcional da documentação. É um risco óbvio que o modelo sistémico, desde o seu aparecimento, quis e quer combater e daí continuar convencido de que a recuperação por assunto dos documentos digitalizados, prática que aceito e recomendo, deve pressupor sempre a existência de um quadro orgânico-funcional.

Por fim, impõe-se um comentário útil à proposta que o trabalho do Mestre Luís Horta Lima nos oferece e que não seguiu o modelo que defendemos, não deixando, por isso, de ter interesse e, sobretudo, de permitir um exercício comparativo que só pode ser frutuoso.

O autor entendeu que seguir o critério orgânico-funcional obrigaria a colocar a documentação toda na última representante da Família Benito Maçãs, a Dra. Delmira Maçãs, e como isto lhe pareceu um “artifício” que forneceria uma contextualização errónea, “conferindo-lhe contornos de uma individualização não reconhecível nos próprios documentos” e, por isso, “foi rejeitada, para estes casos concretos, a interrogação de matriz orgânica, adotando-se a de carácter funcional: “No âmbito de que funções, atividades, tarefas, transações ou procedimentos foi a documentação criada, recebida e utilizada?”. O autor derivou para uma classificação temático-funcional para, segundo

sua justificativa, fugir a um perigo. Só que o perigo é imaginário e posso, pois, tranquilizá-lo: a distribuição dos documentos por gerações impede, naturalmente, que eles sejam acumulados no último representante da família. Tal ideia não faz parte, nem pode ser inferido do modelo sistémico e muito menos dos critérios, acima expostos, de constituição do quadro orgânico-funcional.

Parece-me, natural, portanto, que termine estas considerações preambulares com um desafio científico ao autor: recolocar, virtualmente, a documentação da Família Benito Maçãs num quadro orgânico-funcional sistémico desenhado com o cuidado e rigor que vários casos de aplicação já permitem seguir e, a partir daí, colocar-se no papel de utilizador e desenvolver estratégias variadas de busca e de complexidade diferente.

A quem pegar neste livro, só posso desejar uma boa e profícua leitura.

Armando Malheiro da Silva

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado da investigação realizada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação, área de especialização em Arquivística, apresentada em fevereiro de 2016 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, perante um Júri composto pelos Professores Maria de Lurdes Pereira Rosa (orientadora), Armando Manuel Barreiros Malheiro da Silva (arguente) e Paula Alexandra Ochoa de Carvalho Telo. Procedeu-se apenas a pontuais alterações do texto original, ditadas pela bibliografia mais recente.

Cumpre-nos recordar, com gratidão, a prestimosa ajuda de todos quantos tornaram possível e contribuíram para este trabalho. A primeira palavra de reconhecimento é dirigida à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), Instituição detentora do nosso objeto de estudo e à qual se deve a presente edição. Como o agradecimento às instituições fica vago, sem as devidas referências às iniciativas das pessoas que lhes dão vida, manifestamos o nosso profundo reconhecimento à Dra. Margarida Montenegro, Diretora da Direção da Cultura da SCML e ao Dr. Francisco d'Orey Manoel, Diretor do Arquivo Histórico da SCML, pelo assentimento inicial à realização do estudo e pelo empenho e interesse nesta edição.

Expressamos, de seguida, o nosso agradecimento à orientadora científica do trabalho de investigação, a Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Rosa, pelo seu contributo na definição da problemática central, pelas palavras encorajadoras e apoio académico, e por todo o saber transmitido. Este agradecimento estende-se à Doutora Ana Canas, por ter aceitado a coorientação do estudo.

Segue-se uma palavra de infinito reconhecimento ao Dr. Nelson Moreira Antão, técnico superior do Arquivo Histórico da SCML, pela sua disponibilidade e apoio, sintetizados num contínuo acompanhamento em todas as fases de elaboração deste estudo. Os seus conselhos, as sugestões oportunas e o seu esclarecido contributo para a aclaração das várias interrogações que nos foram acercando fazem com que todos os pontos positivos deste trabalho sejam também de sua autoria.

Manifestamos igualmente a nossa gratidão à Mestre Alda Namora Andrade, à Dra. Luísa Mendes Antunes e à Mestre Patrícia Matias Pereira pela disponibilidade e paciência para a leitura crítica do trabalho e pelas preciosas sugestões de correção transmitidas.

Aos meus pais e à Ângela, a quem dedico este trabalho, expresso um especial agradecimento pelo constante apoio e incentivo.

Não poderíamos deixar de recordar, neste espaço, a memória de quem, com todo o seu labor em prol da memória familiar, preparou o nosso objeto de estudo. Referimo-nos à Dra. Delmira Maçãs, cuja ação, mais do que um estímulo pontual, deixou uma marca indelével no nosso interesse pela arquivística, representando, também, uma oportunidade para o desenvolvimento da nossa atividade profissional.

INTRODUÇÃO

A tendência de valorização dos arquivos familiares e pessoais, iniciada na última década do século passado, tem culminado, nos últimos anos, na proliferação de instrumentos de descrição documental e também de trabalhos académicos, cuja temática central está ligada à apresentação de estruturas classificativas.

O presente estudo foca-se na análise da classificação de um conjunto documental, produzido, maioritariamente, entre meados do século XIX e inícios do século XXI, por três gerações da família Benito Maçãs e ramos de parentesco ascendentes. Este acervo foi incorporado no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (AHSCML), no âmbito das disposições testamentárias de Delmira Maria Filomena Benito Maçãs, última representante direta da referida família.

A classificação, normalmente associada à organização da realidade e do conhecimento, é para a arquivística uma questão teórica central, sublinhando-se a sua ligação aos princípios fundamentais e aos conceitos básicos da disciplina, bem como a transversalidade da sua aplicação às diversas fases do ciclo de vida dos documentos e aos diversos tipos de arquivos, públicos e privados, entre os quais se enquadram os fundos familiares e pessoais. Sem instrumentos de normalização, estes fundos são, por vezes, classificados a partir de esquemas oriundos de arquivos institucionais e noutros casos, ainda, aplicam-se acriticamente e de acordo com a corrente teórica ou técnica dominante, esquemas e modelos de classificação, previamente criados, sem se respeitar ou destacar a singularidade de cada conjunto documental, a individualidade dos seus produtores ou o próprio contexto de produção e de utilização dos documentos.

A verificação de uma crescente tendência para a aplicação de modelos classificativos, de matriz idêntica, em diversos instrumentos de descrição documental, bem como em diversos trabalhos académicos dedicados à classificação de fundos familiares e pessoais levanta as seguintes interrogações: poderá uma estrutura classificativa de documentos, construída a partir de exemplos concretos de arquivos familiares e pessoais, ser replicada, na íntegra, a arquivos de famílias e de indivíduos pertencentes a diferentes contextos económicos e sociais; terão os modelos teóricos de classificação suficiente elasticidade e profundidade para captar e explicitar as singularidades da produção e da utilização dos documentos, bem como as contingências ligadas à custódia dos arquivos de famílias e de indivíduos?

A partir do esclarecimento das anteriores interrogações tentar-se-á perceber, ao longo do presente estudo, o alcance e os objetivos da classificação arquivística, com base no seguinte universo de hipóteses de significação: a classificação representa um meio de controlo intelectual sobre os documentos; uma forma de fixar a ordem física em que os mesmos se encontram; um modo de representar o conteúdo informativo da documentação; um instrumento de reconstrução dos sistemas de informação ligados à produção documental; uma representação do contexto de criação, receção, acumulação e utilização das espécies documentais; uma ferramenta para mediar os utilizadores no acesso aos documentos.

A diversidade de práticas, aliada ao facto de nenhuma estrutura classificativa ou modelo de análise ter alcançado, até ao momento, uma configuração de norma ou de orientação oficial, justificam a pertinência de um estudo que, centrando-se nas especificidades dos documentos de arquivo, procura explorar as variáveis concetuais e operatórias da classificação aplicada a

fundos familiares e pessoais. O objetivo principal do presente trabalho é, pois, analisar criticamente o processo de construção, bem como a própria estrutura classificativa delineada para o arquivo da família Benito Maçãs, através de uma abordagem focada na própria documentação, no *corpus* teórico da arquivística e na complementaridade entre as várias orientações práticas de classificação, nacionais e internacionais, mais tecnicistas ou mais teóricas.

Quanto à estrutura, o presente estudo segmenta-se em três áreas de análise: na primeira, é exposto um quadro orientador e de contextualização global do problema, a partir da literatura e de exemplos práticos de classificação. São dissecados analiticamente e sistematizados os pressupostos teóricos associados aos arquivos familiares e pessoais e à classificação arquivística; na segunda, apresenta-se o material de suporte empírico do estudo, o arquivo familiar Benito Maçãs; na terceira parte, analisam-se os critérios utilizados para identificar os diversos níveis de classificação do arquivo familiar Benito Maçãs.